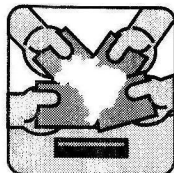


ACM ataca plano, ministro e empresários

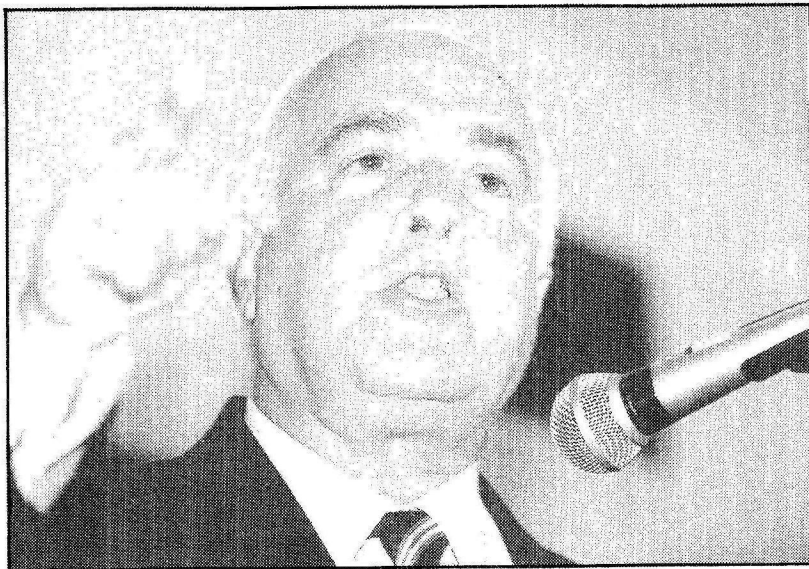
JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, em visita à capital americana, reforçou as críticas ao que ele classifica como “hipocrisia da classe empresarial”, e ameaçou denunciar os nomes de quem elogia o plano econômico em público, mas o ataca pelas costas.



— Estou cansado de ver empresários, especialmente da Fiesp, na televisão, elogiando o plano econômico e, depois virem se queixar comigo sobre o plano e as ações do Ministério da Fazenda. Dos cinco que apareceram na TV recentemente, três foram me procurar na Bahia. Se o ministro Fernando Henrique Cardoso quiser, eu revelo o nome dessa gente. É preciso acabar com a hipocrisia no Brasil — disse Antônio Carlos, em entrevista na Embaixada do Brasil.

Antônio Carlos também não poupou ataques ao plano econômico e ao ministro da Fazenda.



Para ele, a aprovação do Fundo Social de Emergência, tão comemorado pelo Governo, não tem maior importância:

— Isso não vai resolver o problema do Brasil. A inflação vai descer só uns três ou quatro pontos. A questão é que o Governo não tem plano! Acho até graça quando se classifica esse pequeno ajuste fiscal como um pla-

no. Qualquer um de nós faria algo parecido numa tarde... — comentou o governador.

E em sua opinião, já estaria na hora de o ministro sair.

— Tudo que ele tem feito está aumentando a inflação. O Márcio (Marques Moreira), antes dele, também não fez nada! Eu dizia na época que o ministro Márcio não se sustentaria com uma inflação de 20%. Estamos agora

‘Eles elogiam o plano na TV e depois se queixam comigo. Se o ministro quiser, revelo os nomes,’

com novo ministro e 40% de inflação: por que não manter aquela afirmativa?

Antônio Carlos quer medidas mais drásticas: privatização em larga escala, redução da participação do Estado e novos métodos de administração:

— Este mesmo Governo, com este mesmo ministro, gastou errado em todo o ano de 1993. Não acredito no êxito do programa

Em tempo

A RECOMENDAÇÃO foi obedecida, antes mesmo de anunciada: não estava ainda pronto o relatório da CPI da máfia do Orçamento, que recomendaria o aumento do tempo de inelegibilidade para os cassados, e a Câmara já estava cuidando do projeto de lei que o determinaria.

ESTÁ assim aprovado na Câmara, desde quarta-feira, o projeto que aumenta de três para oito anos o período de inelegibilidade do cassado por falta de decoro; depois de ter tramitado,

com o favor de 283 parlamentares, em regime de urgência urgentíssima.

O PROJETO tem tanto alcance quanto oportunidade. Inelegibilidade por apenas três anos pode não acrescentar nada à cassação: o deputado cassado no primeiro ano de mandato pode concorrer à eleição seguinte. É pouco tempo para uma punição exemplar. Não dá nem para amadurecer aquele arrendimento que tanto custou a nascer.

porque o Governo, como um todo, não sente necessidade de corrigir seus erros, de enfrentar a batalha para acabar com o corporativismo. Nada de essencial tem sido feito. E não é por falta de apoio do Congresso — afirmou ele.

Para Antônio Carlos, o primeiro passo do Governo no caminho da privatização deve ser a quebra do monopólio do petróleo,

para depois se analisar a venda da Petrobrás, de acordo com o seu desempenho — “Com uma competição nessa área veríamos quem é eficiente”. O governador da Bahia disse ser favorável também à privatização na área de telecomunicações, desde que os novos donos assumissem total responsabilidade pelo desenvolvimento do setor em todo o país.